

I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES.

CONFRONTOS DE JUNHO DE 2013:

NOTAS SOBRE A “INSUFICIÊNCIA” DEMOCRÁTICA BRASILEIRA.

Felipe Moura de Andrade – Mestrando do PGCS-UFES

Adelia Maria Miglievich Ribeiro - Doutora em Ciências Humanas/Sociologia pelo PPGSA-IFCS-UFRJ - Professora Adjunta da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Resumo:

Esta pesquisa a partir de uma perspectiva neo-institucional apresenta uma hipótese explicativa para ocorrência das manifestações de junho de 2013 no Brasil, decorreriam da elevação da tensão entre trajetória institucional e demandas sociais. A partir do conceito de path dependency constrói-se um modelo explicativo baseado em dois eixos, de um lado o sistema político com o desenvolvimento de uma trajetória conciliadora e conservadora porém de verniz progressista. De outro lado o modelo de sociedade social-desenvolvimentista, não implementado nos termos do texto constitucional. Conclui-se que os eventos de Junho decorram da saturação social da tensão entre sistema político tendencialmente mais conservador e blindado em relação às demandas sociais e um modelo de sociedade insuficientemente desenvolvido, desta forma não se alcançara níveis sustentáveis de bem-estar. É nesta tensão que a “Nova República” se configurou como insuficientemente democrática e fora contestada nas ruas em junho de 2013 no Brasil.

Palavras-chave: Eventos de junho, path dependency, insuficiência democrática.

Como nos relembra Renato Ribeiro ao prefaciá-lo Nogueira (2013), quatro datas ficaram marcadas na história recente do Brasil, 1984 com as manifestações por eleições diretas, 1994 com a vitória sobre a inflação com o Plano Real, 2003 com a posse de Lula e sua decisão de enfrentar e erradicar a miséria e promover a inclusão social e 2013, ano descrito como inesperado e rico. As três primeiras datas apesar dos diferentes conteúdos históricos guardam em si alguns elementos que as aproximam, as três foram capazes de gerar expectativas de momentos melhores a partir da experiência de superação da nação em face de fracassos anteriores. Mas, e os protestos iniciados em 2013, em que nos parecem tão importantes?

Nosso objetivo neste trabalho é oferecer uma leitura sobre em que medida junho de 2013 pode ser alçado ao mesmo patamar de outros marcos recentes da história brasileira. Para cumprir esta tarefa propomos analisar, a partir de uma perspectiva institucional, dois legados oriundos da redemocratização, de um lado pretendemos discutir a emergência do social-desenvolvimentismo como modelo de sociedade a suplantará o nacional-desenvolvimentismo e de outro, como a passagem da ditadura militar para democracia atualizou uma cultura política conservadora da relação entre sociedade e Estado e dentro deste, produzindo práticas específicas de interdependência entre governo e parlamento.

Por limites alheios ao nosso querer reduzimos nossa discussão teórica a uma apresentação sumária de dois conceitos que subsidiam nosso olhar em todo este trabalho. O primeiro destes conceitos é o de *path dependency*, que podemos traduzir como dependência de trajetória, Fernandes (2002) conceitua *path dependency* como “em momentos críticos do desenvolvimento de um país (ou outra unidade de análise), estabelecem-se trajetórias amplas que são difíceis de reverter, mas dentro das quais existirão novos pontos de escolha para mudança mais adiante.” (2002:79). Como se pode perceber este conceito lança luz sobre a força que as escolhas pretéritas assumidas por instituições tende a exercer na tomada de novas, desta forma nos aponta que de uma maneira geral manter o sentido do caminho já trilhado é menos custoso à tomada de novas decisões. Ao adotar uma trajetória de escolhas institucionais, as decisões que corroborem o sentido já adotado tendem a funcionar como retornos crescentes, capazes de ampliar ainda mais a força da trajetória adotada.

A adoção do conceito de *Path Dependency* leva-nos a ter de considerar outro elemento fundamental, a ideia de momento crítico, que pode ser compreendido como “uma situação de transição política e/ou econômica vivida por um ou vários países, Estados, regiões, distritos ou cidades, caracterizada por um contexto de profunda mudança, seja ela revolucionária ou realizada por meio de reforma institucional” (Fernandes, 2002:85). O momento crítico se caracteriza como período de inflexão na trajetória desenvolvida e a possibilidade de surgimento de novos caminhos.

Nossa discussão neste trabalho está estruturada em três subunidades, a saber: a) a crise que leva ao novo sistema político ao novo modelo de sociedade – em que apresentamos uma leitura a crise do regime autoritário, bem como do nacional-desenvolvimentismo; b) pemedebismo como cultura política – ao abordar a permanência no novo regime de traços

do que se encerara e c) A emergência e os limites do social-desenvolvimentismo – em que exploramos os alcances e principalmente os limites do modelo de sociedade expresso no texto constitucional. Em nossas considerações finais apresentamos uma leitura que conecta os eventos de junho de 2013 no Brasil com a trajetória de desenvolvimento do que se convencionou chamar de “Nova República” inaugurada com a volta à democracia e com a Constituição Cidadã de 1988.

A crise que leva ao novo sistema político ao novo modelo de sociedade

Trabalhamos com a hipótese de que os eventos de junho de 2013 no Brasil decorrem de um descompasso entre a sociedade e o Estado, mais exatamente entre as dinâmicas e consensos sociais que emergem e se consolidam a partir da redemocratização e a forma como o sistema político passa a lidar com a pressão que a sociedade começa exercer. Nossa hipótese está estruturada na compreensão que o fim do regime militar brasileiro em meados dos anos 1980 é fruto de uma profunda crise do modelo de sociedade nacional-desenvolvimentista.

O modelo de sociedade abrangente que se consolidou a partir dos anos 1930, conhecido como nacional-desenvolvimentismo, moldou a modernização acelerada do país até a década de 1980. Desencadeado e dirigido pelo Estado, pretendia alcançar não apenas a produção de um mercado interno de importância, mas também a criação de instituições adequadas à modernidade. A modernização deveria alcançar a cultura e a própria vida cotidiana, transformando também as relações pessoais e a esfera privada, segundo um conjunto determinado de valores modernos. Tratava-se de produzir uma cultura política centrada na emergência da nação autêntica, de uma integração social que se daria pelo pertencimento não apenas a um país, mas a uma história e a um conjunto de valores determinado, a ser compartilhado por todos os membros. Valores que incluíam não somente o civismo e o nacionalismo, mas uma extensa lista de relações de subordinação, inferioridade e dependência da maior parte da população. Um conjunto de valores que, sintomaticamente, não incluía a democracia como um de seus componentes fundamentais. Pelo contrário, na maior parte do tempo em que esteve em vigência, o nacional-desenvolvimentismo coincidiu com ditaduras e/ou coronelismo e clientelismo. (Nobre, 2013:20)

O nacional-desenvolvimentismo é, portanto, um legado da revolução de trinta e das novas elites econômicas e políticas que chegam ao poder central a partir dos anos 30, desta forma, o elemento essencial que nos permite falar de sua perenização por cinco décadas, é a “modernização acelerada” promovida por cima, no intuito de construir instituições modernas, este foi o núcleo que permitiu a este modelo de sociedade se compatibilizar com distintos regimes políticos sem se descaracterizar.

Ao esgotar-se como modelo de sociedade o nacional-desenvolvimentismo viveu um longo período de crise, abalando a legitimidade e sustentação do regime político que se vivia no país no momento de sua derrocada. Aos dois choques do petróleo, 1973 e 1979, à crise da dívida na década de 1980 e à hiperinflação, que corroíam a legitimidade do regime em sua sustentação econômica, se somaram as pressões pela redemocratização do regime político, cada vez mais desafiado por greves de operários, que com o retorno dos exilados políticos a partir da anistia em 1979 e o fim do regime bipartidário e a emergência do multipartidarismo em 1980, as eleições de 1982 e as “Diretas Já!” instalaram um forte ambiente de crise e transição política no país. Para Nobre (2013) esta crise vai de 1979 até 1994 e para Sallum (2013) a transição vai de 1983 até 1994, notemos que em ambos, o tempo de inflexão é de mais de uma década. Podemos afirmar que as instituições e que a sociedade brasileira viviam um período de crise com uma inflexão de duplo caráter, do regime político e do modelo de sociedade, desta forma era necessário gestar duas soluções.

No tocante ao regime político é necessário situar que se a passagem da ditadura civil-militar para democracia é em si uma transformação relevante, todavia é necessário ter muito cuidado na análise de sua profundidade, pois em grande medida esta mudança foi incremental e conciliatória, o que permitiu a sobrevivência de traços da fase anterior na que emergia. Em linguagem técnica, poderíamos dizer que do conjunto de variáveis que permitiram a configuração da contemporânea democracia brasileira ou como tem se chamado, da “Nova República”, parte importante delas já atuavam na etapa antecedente. Destacaríamos duas variáveis importantes para explicação da transição política, mas anteriores ao momento crítico: a) cultura política autoritária; b) transformação por cima. Ressaltaríamos ainda duas outras variáveis que emergem do momento crítico: c) progressivismo; d) transição conciliadora. O caráter conservador se apresenta límpido em três das quatro variáveis, o que nos permite indicar a forma pela qual as forças políticas autoritárias transitaram para a democracia.

No tocante ao modelo de sociedade, nossa análise aponta para a atuação de duas importantes variáveis explicativas para a substituição do nacional-desenvolvimentismo pelo social-desenvolvimentismo, e são elas: a) pressão popular e b) legado desenvolvimentista. Estes dois vetores assumem um caráter democrático e renovado, pois a pressão popular realizada pelos movimentos sociais trazia a público demandas por direitos há anos reprimidas e o desenvolvimentismo como conjunto de ideias e valores se renovava

ao ser reivindicado por forças políticas que estiveram alijadas do processo político ao longo do regime militar. A variável legado do desenvolvimentismo é composta tanto pela agência renovada dos até então exilados políticos, ou da emergem do novo sindicalismo, como pela ação de agentes do Estado e intelectuais que a defendiam, conferindo a ela um caráter heterogêneo, mas atuando em mesmo sentido, na defesa do papel do Estado como indutor e garantidor do desenvolvimento econômico.

Pemedebismo como cultura política

O lema “distensão lenta, gradual e segura” foi a marca da transição iniciada pelo General Ernesto Geisel, Presidente da República entre 1974 e 1979. Este lema nos aponta a concepção política e a prática institucional da “transformação por cima”, que caracterizou todo o processo de redemocratização brasileira, esta variável como explicação de uma dinâmica institucional foi impactada por outra, de caráter interveniente, a “cultura política autoritária”, ambas explicam a manutenção no regime que emergia, não só das velhas práticas, mas propriamente dos agentes políticos que sustentaram o regime que se encerava.

É sobre o auspício de uma transformação por cima, e de conciliação dos agentes contestadores com os portadores de uma cultura política autoritária que José Sarney, da antiga ARENA (Aliança Renovadora Nacional) chega ao poder na forma por nós conhecida¹. Desta forma o até então aliado do regime de exceção assume a missão de conduzir o país no período de transição até as eleições diretas para Presidente da República em 1989. Neste cenário,

[...] com exceção do PT, todos os partidos participaram da eleição indireta de janeiro de 1985, no chamado Colégio Eleitoral, controlado pelas forças da ditadura. [...] Mesmo com Sarney na presidência, o “progressismo” continuou a representar a ideologia oficial de uma transição morna para a democracia, controlada pelo regime ditatorial em crise e pactuada de cima por um sistema político elitista. (Nobre, 2013:6).

¹ Com a “reforma” do sistema eleitoral e o fim do bipartidarismo a ARENA tornou-se PDS (Partido Democrático Social) e José Sarney é indicado pela Frente Liberal, racha do PDS na eleição indireta de 1985 como vice de Tancredo Neves do PMDB (Partido da Mobilização Democrática Brasileira) na chapa vitoriosa na eleição indireta para presidente da república. Com a morte do presidente eleito pelo colégio eleitoral, o vice, integrante do regime ditatorial é quem assume a Presidência da República, mas agora no PMDB, antigo MDB (Mobilização Democrática Brasileira).

Ao combinar a condição de única oposição autorizada ao regime militar e posteriormente a solução conciliadora, configurou-se dentro do MDB a partir da distensão em meados dos anos de 1970, uma unidade forçada contra a ditadura militar em torno da luta pela redemocratização, o que possibilitou a emergência de uma retórica progressista associada a tal agremiação política na época já bastante heterogênea.

Ao sair vitoriosa em meados dos anos de 1980, a própria transição democrática e todos os seus significados assumem um caráter progressista, Nobre (2013). Esta fachada assumida pela redemocratização impossibilitou as forças políticas que compuseram a base do regime anterior se contrapor a tal retórica. A democracia nasce nestas condições como um consenso retórico progressista, esta é, portanto, uma variável importante a explicar o sistema político que começava a se desenhar.

Sobre o sistema político brasileiro, construído na transição, Abranches (1988) produz uma definição que se consolida nas análises políticas brasileiras, sejam elas acadêmicas ou não, a ideia de que nosso sistema é um “presidencialismo de coalização”. Desta forma combinaria as características do presidencialismo, em que o chefe do executivo é eleito diretamente e tem mandato independente do poder legislativo e a coalizão guardaria os aspectos típicos do parlamentarismo, em que múltiplas forças políticas compondo o sistema, disputariam espaço no parlamento na busca de ser a força majoritária ou relevante e compor o governo. Para Nobre (2013) a definição de Abranche (1988) é correta, porém incompleta, pois confere a operação do sistema político brasileiro contemporâneo pelas forças políticas, um nível de legitimidade não existente. Desta forma Nobre propõe uma definição complementar, que vai além das formalidades do sistema político, incorporando também em sua definição os elementos de uma cultura política autoritária, patrimonialista e clientelista, pré-democráticas, que se atualizaram em formas compatíveis com sistema de “presidencialismo de coalização”. Portanto, Nobre (2013) nos permite indicar que, pelo fato do processo de transição democrática assumir um verniz progressista e seu fiel depositário ter sido o então PMDB, o pemedebismo tendeu a configurar-se como a articulação entre a formalidade institucional do presidencialismo de coalizão e a cultura política pretérita, lhe conferindo as seguintes propriedades:

[...] o governismo (estar sempre no governo, seja qual for ele e seja qual for o partido a que se pertença); a produção de supermaiorias legislativas, que se expressam na formação de um enorme bloco de apoio parlamentar ao governo que, pelo menos formalmente, deve garantir a “governabilidade”; funcionar segundo um sistema hierarquizado de vetos e de

contorno de vetos; fazer todo o possível para impedir a entrada de novos membros, de maneira a tentar preservar e aumentar o espaço conquistado, mantendo pelo menos a correlação de forças existente; bloquear oponentes ainda nos bastidores, evitando em grau máximo o enfrentamento público e aberto (exceto em polarizações artificiais que possam render mais espaço no governo e/ou dividendo eleitoral). (Nobre, 2013: 9)

Como se percebe a cultura política do pemedebismo utiliza-se das relações entre executivo e legislativo para barganhar espaços, vetar adversários e crescer seu espaço nos governos, seja quais forem eles. O pemedebismo apresentando-se pela primeira vez no colégio eleitoral de 1985 ao articular a solução conciliadora, sua segunda grande aparição deu-se na constituinte, quando parte dos parlamentares se viram pressionados por movimentos sociais a incorporar no texto constitucional os anseios populares. É neste momento que se trava a disputa em torno da outra face do momento crítico brasileiro, o modelo de sociedade, e foi em resposta ao modelo democrático e social que fazia pressão sobre os congressistas que se articulou por dentro do PMDB o Centrão, que eram forças políticas com caráter conservador, mas que pelo consenso majoritário de retórica progressista não poderiam assumir esta matiz política. O Centrão atuou como uma convergência de múltiplos interesses que exerceu poder de veto às demandas sociais, impedido que a Constituição de 1988 tivesse uma feição ainda mais social e intervencionista.

Outro momento importante para consolidação do pemedebismo foi como a classe política compreendeu o impeachment de Fernando Collor de Melo. Para os agentes políticos era claro, Collor não se sustentara por não ter construído uma base de apoio no Congresso que o blindasse das contestações exógenas ao sistema político.

Após o impeachment, os canais de expressão das forças de oposição ao pemedebismo se estreitaram. A força das ruas que derrubou Collor foi substituída pouco a pouco pelo clamor da “opinião pública”. E a opinião pública foi substituída pela opinião da grande mídia. Para obrigar o sistema a mudar, pouco que fosse, era necessário produzir campanhas intensivas de denúncias vocalizadas pela grande mídia. Até o final do mandato de Itamar Franco, em 1994, as ferramentas de blindagem foram sendo produzidas, testadas e aperfeiçoadas. Seu desenvolvimento se deu ao longo dos dois mandatos consecutivos de FHC (1995-2002). (Nobre, 2013:7)

O pemedebismo se consolida nos anos de 1990 como uma forma antissocial e anticontestatória das relações entre sistema, agentes políticos e a sociedade, a capacidade de mobilizar a sociedade para impactar a política se reduz, fazendo emergir como ator relevante a mídia, que de um lado era o mecanismo de vazão para algum clamor popular e de outro ela mesmo produzia suas próprias investigações e denúncias. Nesta questão uma ponderação deve ser feita, a mídia brasileira fez uma forte adesão ao discurso liberal como resposta a crise do nacional-desenvolvimentismo Costas (2002), ou como ponta Sallum “a

grande mídia e as elites empresariais adotaram, na segunda metade dos anos 1980, uma perspectiva cada vez mais liberal”, (2013:64).

Desta forma a polarização política instituída pelo pemedebismo nos anos 90, entre aqueles que dele se serviam e aqueles que lhe faziam oposição, consolida-se na polarização respectivamente entre PSDB e PT. Desta forma a posição de diversos veículos de mídia se ideologizou e em grande medida se partidizou, o que contribuiu para uma maior blindagem do sistema político, ou de parte de seus agentes, que passou a sofrer tensões apenas quando seus próprios agentes entram em disputa de espaço e poder, “a produção de escândalos passou a depender de enfrentamentos abertos entre forças políticas aliadas.” (Nobre, 2013:8).

Foi no uso da estratégia pemedebista que o governo de Fernando Henrique Cardoso conseguiu realizar as privatizações, também é fruto desta forma de relação política a emenda constitucional que permitiu a reeleição para os executivos nos três níveis da federação, mesmo tendo denúncia de compra de voto parlamentar, elas não prosperaram e nenhuma investigação foi realizada². O último governo de FHC (1999-2002) viu-se desgastado pelos limites da receita de estabilização econômica implementada por aquele governo, mas também pelo modo de governar imposto pelo pemedebismo.

O Partido dos Trabalhadores, Lula e sua eleição representaram em si dois grandes vieses de crítica à política brasileira e das relações entre Estado e sociedade, uma propriamente de esquerda, que era a crítica ao avanço do “neoliberalismo” no governo de FHC, esta foi traduzida para o amplo eleitorado como enfrentamento da crise econômica que atingia o país desde 1997. De outro lado o PT se propunha realizar uma mudança ética na política nacional, pois ao longo de sua história passou distante de grandes escândalos, esquemas de corrupção e investigações, se situando no campo da denúncia, como oposição ao pemedebismo. Esta imagem moralista feita para capitanear parte do eleitorado, continua uma crítica mais profunda ao modo de fazer política no Brasil, caracterizado pelo assistencialismo, clientelismo e patrimonialismo, pode-se dizer que “o PT pretendeu ser o portador de duas missões históricas: combater desigualdades de todo o tipo e reformar radicalmente o sistema político, eliminando a tecnocracia e o pemedebismo” (Nobre, 2013:22).

² Ver: RODRIGUES, Fernando. **Conheça a história da compra de votos a favor da emenda da reeleição.** Blog do Fernando Rodrigues, Uol Notícias Política. 2014.

Para melhor dialogar com o eleitorado o PT despolarizou sua crítica, tornando-a em diversos momentos abordagem moralista da política, configurava-se um esquema simplista em que a esquerda era retratada como boa e ética e a direita como má e corrupta. O PT ao chegar ao poder resiste ao modo pemedebista de gestão do Estado brasileiro de construção de supermaiorias, até a crise desencadeada pelo escândalo do “mensalão”³, vendo-se acuado e pressionado, adota a estratégia de incorporação do PMDB a base do governo e adere à estratégia de maiorias máximas, deixando de lado apenas seu concorrente na gestão do condomínio do pemedebismo o Partido da Social Democracia Brasileira e seus aliados.

Uma crescente blindagem do pemedebismo contra a sociedade foi o preço que o governo Lula decidiu pagar não apenas para implementar seu projeto reformista, mas para tentar se manter no poder na eleição presidencial de 2010. O ponto máximo dessa linha de atuação foi a defesa aguerrida que fez o governo de José Sarney em 2009, quando o presidente do Senado, durante mais de quatro meses, foi acossado por uma série de graves denúncias. A partir desse momento, a blindagem do sistema político em relação à sociedade se completou. (Nobre, 2013:27).

Outra grande demonstração de força do pemedebismo na relação com o PT foi a coligação para eleição de Dilma Rousseff para Presidente da República em 2010, que contou com dez partidos, desde tradicionais partidos de esquerda e centro-esquerda como PT, PDT (Partido Democrático Trabalhista), PSB (Partido Socialista Brasileiro) e PCdoB (Partido Comunista do Brasil), com o centrismo do PMDB, direitistas como PR (Partido da República), PRB (Partido Republicano Brasileiro) e PSC (Partido Social Cristão) ou com pouca identidade como PTN (Partido Trabalhista Nacional) e PTC (Partido Trabalhista Cristão). Tratava-se realmente de um condomínio partidário, em que o PT ocupava pela esquerda o pemedebismo e tentava através deste, garantir alguma estabilidade política para o processo de sucessão presidencial.

A emergência e os limites do social-desenvolvimentismo

Três grandes processos se relacionam com a emergência e desenvolvimento do social-desenvolvimentismo e a superação do modelo anterior, são eles: a promulgação da constituição de 1988 com a incorporação de direitos sociais; a estabilização econômica

³ Trata-se do nome popularizado por veículos de mídia da ação penal 470, já julgada e em fase de conclusão de penas por muitos dos condenados. O esquema configurou-se no repasse de verbas não contabilizadas pelo Partido dos Trabalhadores a dirigentes partidários do PL (Partido Liberal), PMDB, PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e PP (Partido Progressista), todos da base aliada do primeiro governo Lula. Os significados políticos do esquema, sua construção como escândalo e mesmo o julgamento ainda estão em disputa pelos atores políticos e agentes midiáticos brasileiros.

com o Plano Real, que ao retirar de cena a instabilidade econômica permitiu a emergência da desigualdade como um problema político; e a chegada de Lula à presidência da república com o enfrentamento da miséria e da desigualdade.

Para compreender o papel da variável “pressão popular” na construção deste novo modelo de sociedade se faz necessário assentar estes três grandes eventos em um pano de fundo mais amplo, de que trata Scherer-Warren (2012) ao apontar que, na relação entre Estado e movimento social no Brasil nos últimos 50 anos devemos falar em quatro grandes ciclos de ações coletivas. O primeiro ciclo, que se desenvolve nos anos 1960 e 1970, é o do *movimento cívico*, caracterizado pela resistência ao autoritarismo do Estado. Este movimento era composto por segmentos das camadas populares, intelectuais e artistas, bem como pelo movimento estudantil, objetivando resistir ao autoritarismo estatal e democratizar o regime político e a sociedade. Neste período, surge um novo sindicalismo, novas organizações camponesas e os chamados “novos movimentos sociais”.

O fim deste período fecha-se com as mobilizações pela Lei de Anistia, assinada em 1979, possibilitando o retorno de exilados políticos, muitos dos quais vieram a fortalecer importantes ONGs, que lutavam pelos direitos de cidadania, outros aderiram a novas opções partidárias. (Scherer-Warren, 2012:78).

É este ciclo de lutas, somado aos limites econômicos e políticos, nacionais e internacionais, do regime militar, como, por exemplo, as mudanças na economia global com os choques do petróleo e o avanço das tecnologias de informação que vão precipitar o colapso do regime político e do modelo de sociedade daquele momento. O fim deste ciclo de lutas políticas, em particular com a abertura política marcada pelo retorno dos exilados pelo regime autoritário, abre um novo processo de lutas, que impactará os anos 1980 e 1990, o *movimento cidadão*.

O vetor “pressão popular” emerge como determinante para construção política neste momento, se anteriormente a luta era para voltar à ordem democrática, neste ela é incorporada a lógica do sistema político e passa atuar para transformar os consensos sociais. Desta forma as campanhas das diretas mobilizaram a nação e a colocaram em movimento, fazendo crer que a democracia além de garantir e respeitar direitos individuais e restituir direitos políticos era o caminho para a superação da histórica desigualdade reinante no Brasil, abrindo um novo horizonte para o encontro entre sociedade e Estado. Em alguma medida com a eleição indireta em 1985, parte da luta das diretas foi frustrada, mas renovada no embate em torno do texto constitucional. É na constituição que está

garantido o caráter social ou democrático de nossa sociedade, assim, dispõe a Constituição Federal de 1988 sobre seus Princípios Fundamentais, em seu art. 3º (incisos de I a IV) (BRASIL, 1988, p. 3):

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Como podemos observar só uma sociedade pluralista, democrática e de bem-estar social seria capaz de garantir os objetivos constitucionais da liberdade, justiça, solidariedade, erradicação da pobreza, da marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais, bem como promover o bem de todos sem qualquer forma de preconceito. O texto constitucional é claro, a sociedade brasileira se assenta na justiça social. É neste flanco em que precisamos inserir a segunda variável de nossa análise sobre o modelo de sociedade, o “legado desenvolvimentista”. Para implementação de uma sociedade de bem-estar social, não é qualquer sistema econômico e ordem financeira que cria suas bases materiais. O desenvolvimentismo mesmo sofrendo críticas decorrentes de seu histórico autoritário, foi compreendido pelos agentes sociais, políticos e legisladores da constituinte, como a base capaz de garantir os direitos sociais. Como dispõe a Constituição Federal de 1988 sobre sua Ordem Econômica e Financeira em seu art. 170. e sobre sua Ordem Social em seu art. 193. (BRASIL, 1988, p. 119, 131):

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[...]

Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça social.

Como fica nítido o legislador constituinte acatou o consenso majoritário de que é papel do Estado garantir a justiça social, neste sentido, “as ideias têm um papel central na elaboração das políticas, na medida em que legitimam alguns interesses em detrimento de outros.” (Rocha, 2005:20), portanto, cabe compreender o lugar que a disputa de ideias, como parte da disputa de interesses cumpriu na consolidação deste modelo de sociedade.

Desta forma “no que diz respeito às disputas políticas relativas à intervenção estatal na esfera econômico social, [...] elas tem sido moldadas desde o final dos anos 1980 por três ideários principais, o neoliberal, o neodesenvolvimentista e o estatal-distributivista.”(Sallum, 2013:62).

Com o avanço constitucional na garantia de direitos sociais um novo ciclo de lutas política é aberto com a promulgação da constituição em 1988, o que possibilitará o surgimento do movimento institucionalizado. Neste momento histórico, diversos movimentos sociais rurais se consolidam, bem como a luta dos novos movimentos sociais ganha força e legitimidade. É também neste período pós-constituente que ocorre uma inflexão no papel do Estado por um conjunto de reformas liberalizantes que vêm limitar a atuação do Estado como organizador e indutor do desenvolvimento nacional e promotor do bem-estar social. Este sofre uma reestruturação, não no sentido que apontava a constituição ao indicar a construção de um Estado do bem-estar, ou dos movimentos sociais que lutavam pela implementação dos direitos constitucionais, mas na direção das transformações necessárias para a circulação do capital em sua reprodução global. Neste cenário de contradições, a versão liberalizante do Estado consegue, porém, a estabilização econômica e o controle da inflação o que foi em alguma medida responder ao conjunto dos anseios que impulsionaram a redemocratização.

Se por um lado o controle da inflação permitiu aos cidadãos, os agentes econômicos e estatais uma maior capacidade de planejamento e previsão, por outro este mesmo processo frustrou as expectativas de parte importante dos brasileiros na medida em que transformou o Estado em agente de sua auto-desregulamentação, “o Estado tem de intervir para de deixar de intervir, também só um Estado forte pode produzir com eficácia a sua fraqueza” (Santos, 2002:42), flexibilizando o processo de acumulação pelo o capital financeiro e deslegitimando (e fragilizando) os direitos sociais e trabalhistas.

O ciclo político nacional dos anos 1990, em particular a partir do segundo mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso, em sintonia ao ciclo dos movimentos sociais, movimento institucionalizado, projetou a figura pública Luiz Inácio Lula da Silva, um dos fundadores do novo sindicalismo, combatente contra a ditadura civil-militar e forte opositor do pemedebismo como esperança de conectar os avanços sociais expresso na constituição com a estabilização econômica. Neste sentido Scherer-Warren (2012) ao destacar a força dos novos movimentos sociais nos anos 1990, aponta que “muitos atores

coletivos viram na figura de uma liderança histórica do “novo sindicalismo” (Lula), a possibilidade de acesso ao poder, com a criação de canais de negociação mais diretos” (Scherer-Warren, 2012:83).

Lula sintetizou em si, na perspectiva dos movimentos sociais, a *esperança*. Não por outra razão o slogan “A esperança venceu o medo” surgiu como uma eficiente resposta de marketing eleitoral nas eleições de 2002, quando a estratégia de campanha do seu adversário jogava com estigmas e preconceitos em relação ao Partido dos Trabalhadores e seu presidenciável, criando um clima de terror e medo.

A eleição de Lula em 2002, para parte importante dos atores políticos, artistas, intelectuais e da sociedade brasileira, era “o encontro do Brasil consigo mesmo”, na medida em que simbolizava os humildes que nunca chegaram ao poder neste país. Lula mobilizava em sua posse, grande parte da nação pela expectativa da mudança social e da construção de um Estado justo com a redução da desigualdade social e a superação da cultura política em vigor. Ao mesmo tempo, a democracia fortalecia-se com a passagem de poder de maneira tranquila nos marcos da legalidade, mesmo que o sucessor, em muito provocasse dúvidas nas elites e agitasse as camadas populares e médias da população em torno de transformações significativas. Este novo ciclo político parecia se apropriar dos avanços da estabilidade econômica, conseguida no governo de Fernando Henrique Cardoso, para viabilizar o acesso a serviços públicos básicos por novos setores da sociedade aos quais também se garantiria a inclusão ao mercado de consumo.

Considerações finais

Os eventos de junho de 2013 no Brasil se conectam com o processo histórico descrito por nós na medida em que estes recentes eventos significaram uma inflexão e possível abertura de crise no desenvolvimento da trajetória institucional iniciado como a “Nova República”.

A redemocratização como crise simultânea do regime político e do modelo de sociedade abriu dois caminhos, por um lado a sociedade modernizou-se rapidamente, passando a ser mais plural, fragmentada e democrática, por outro o sistema político blindou-se às demandas desta mesma sociedade, atualizando uma cultura política avessa aos avanços sociais. Podemos dizer que ao se consolidar como cultura política o pemedebismo passou a

atuar como um vetor a controlar o ritmo de implementação dos objetivos fundamentais da constituição de 1988, se não para frear por completo, ao menos para reduzir sua velocidade. Atuando como variável a desacelerar o processo democratizante da sociedade brasileira por um lado e como fiel da balança da governabilidade por outro o pemedebismo como dispositivo de poder atualizou formas diversas de descolamento da sociedade e do sistema político. A situação agravava-se nos anos de 1990, quando as reformas liberalizantes inviabilizaram o cumprimento do consenso crescente em torno da justiça social, bem expresso no texto constitucional.

Neste quadro pemedebismo e neoliberalismo passam a configurar-se como variáveis de oposição a consolidação do social-desenvolvimentismo como modelo de sociedade, ambas as variáveis atuam para a despolitização da sociedade brasileira e a desorganização de sociedade civil. Neste cenário é necessário retomar Scherer-Warren (2012) e sua proposta para compreendermos que nos anos 2000, abre-se um novo ciclo de movimento a que chama de *movimento cidadão crítico*, não é objeto deste movimento compor com partidos estratégias de disputas institucionais, mas sim a disputa do imaginário da sociedade brasileira, este novo movimento se organiza em redes buscando formas horizontais de organização e ação. Somam-se a esta nova forma de ativismo de esquerda, às diversas frustrações com o “petismo de governo” que conciliou interesses, manteve parte da política econômica ortodoxa do FHC, viu-se envolvido em casos de corrupção e aderiu ao condomínio pemedebista pela esquerda.

Neste quadro nos parece provável que as manifestações de 2013 catalisaram as frustrações seguidas e acumuladas dos cidadãos brasileiros com o funcionamento do Estado; com a classe política; com a gestão econômica e social do país, tudo isto em uma sociedade que mudou significativamente acompanhado as transformações globais.

É como se a sociedade chegasse frente ao Estado e sua classe política e dissesse: “fiz minha parte nos encontros 1984, de 1994 e de 2003, agora cobro que vocês façam a de vocês!”. A relação entre desejos e frustrações parece ter “estourado” os limites do tolerável e a sociedade comunica ao Estado, e principalmente à classe política, a desconexão entre representantes e representados. Isto foi dito nas ruas com a mobilização de milhões de pessoas em centenas de cidades no Brasil, mas também em pesquisas de opinião, de um lado com a queda vertiginosa dos índices de popularidade da presidente e de governadores (Nogueira, 2013), de outro pelo apoio da maioria dos brasileiros aos protestos. A prática

política conciliatória foi posta em xeque, portanto, o pemedebismo, e deste processo emerge uma conjuntura de conflitualidade social.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S.H.Hudson de. Presidencialismo de Coalização: O Dilema Institucional Brasileiro. Revista de Ciências Sociais Rio de Janeiro. v. 31. n. 1, 1988.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Distrito Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRESSER-PEREIRA, L.C. (Org.) O que esperar do Brasil? In: SALLUM JR, Brasília. O desenvolvimentismo e o Estado brasileiro contemporâneo. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2013.

COSTA, Sérgio. As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

FERNANDES, Antônio, S.A. Path Dependency e os Estudos históricos comparados. BIB, São Paulo, n. 53. 2002.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. As ruas e a democracia: Ensaio sobre o Brasil contemporâneo. Ed. Contraponto - Brasília-DF, 2013.

NOBRE, Marcos. Imobilismo em movimento: Da abertura democrática ao governo Dilma. Companhia das Letras, 2013.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as políticas públicas: Algumas observações. Civita, Porto Alegre, v. 5, n. 1, 2005.

RODRIGUES, Fernando. Conheça a história da compra de votos a favor da emenda da reeleição. Blog do Fernando Rodrigues, Uol Notícias Política. 2014.

SANTOS, Boaventura Sousa. A Globalização e as ciências sociais. – 2. Ed. – São Paulo – Cortez, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes emancipatória: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos. - . ed. – Curitiba: Appris, 2012.